

Fernanda Estevão Picorelli

**A QUALIDADE DA
ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA
E A GOVERNANÇA**

2ª edição revista, atualizada e ampliada

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2021

Copyright © 2021 by Fernanda Estevão Picorelli

Categoria: Acesso à justiça

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

P598q

Picorelli, Fernanda Estevão

A Qualidade da Administração Judiciária e a Governança / Fernanda
Estevão Picorelli. – 2. ed., rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro : Lumen
Juris, 2021.

288 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 233-253.

ISBN 978-65-5510-572-8

1. Poder judiciário - Administração. 2. Organização judiciária.
3. Governança pública. 4. Prestação jurisdicional. 5. Princípio da efetivi-
dade. I. Título.

CDD 347

Ficha catalográfica elaborada por Roge Silva CRB-8/010483

Sumário

APRESENTAÇÃO À 1ª EDIÇÃO	1
PREFÁCIO À 1ª EDIÇÃO	5
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1. UMA ANÁLISE DA ORIGEM E EVOLUÇÃO DO ESTADO, DAS SUAS RELAÇÕES COM A SOCIEDADE E DO SURGIMENTO DO IDEAL CONSTITUCIONAL	19
1.1 Generalidades	19
1.2 As sociedades políticas e a Teoria do Contrato Social.....	22
1.3 Função e poder políticos.....	36
1.3.1 O poder político nas sociedades remotas	37
1.3.2 O poder político com o surgimento do Estado Moderno	38
1.4 A evolução dos modelos de Estado e o Estado Constitucional e Democrático de Direito	43
1.5 O constitucionalismo no início do século XXI: a democracia substancial e o espaço público não estatal.....	54
CAPÍTULO 2. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO CONTEXTO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	63
2.1 A gestão da qualidade e os conceitos de eficácia e eficiência	63
2.2 Modelos organizacionais e reformas da Administração Pública	82
2.2.1 A Administração Pública Patrimonialista.....	83
2.2.2 A Administração Pública Burocrática	84
2.2.3 A crise do Modelo Burocrático	89
2.2.4 A Administração Pública Gerencial ou <i>New Public Management</i> (NPM).....	93

2.3	A abertura à democratização da função administrativa e a <i>accountability</i>	107
2.4	Governança: uma breve introdução.....	108
2.4.1	Conceito e conteúdo da governança.....	109
2.4.2	Governança e <i>New Public Management</i> : pontos de aproximação	114
2.4.3	Governança e cidadania democrática: as cláusulas de bloqueio à implantação do modelo.....	116
2.4.4	A cidadania <i>contra</i> a democracia representativa	117
2.4.5	A cidadania <i>indiferente</i>	119
2.4.6	A cidadania <i>contra</i> o Estado.....	122
2.5	Boa administração como direito fundamental.....	123
2.6	O direito fundamental à boa administração na Carta de 1988, segundo a doutrina brasileira	131
CAPÍTULO 3. A ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA COMO PROPULSORA DA EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.....		137
3.1	Notícias históricas das matrizes fundacionais do Poder Judiciário no Brasil até a Constituição de 1988	137
3.2	Panorama da crise da justiça brasileira, o CNJ e a gestão eficiente e racional.....	147
3.3	Os procedimentos alternativos de composição de conflitos: importantes coadjuvantes no combate ao excesso de demandas no Judiciário	184
3.4	As ações coletivas no direito brasileiro: fortes aliadas no combate à crise do Judiciário	191
3.5	A administração judiciária e a questão da necessária interdisciplinaridade.....	203
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		227
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		233